

ÁREA TEMÁTICA: 1 APG3 Administração pública, governo e terceiro setor
A COVID-19 E OS PAÍSES DO G20: UMA CARACTERIZAÇÃO EXPLORATÓRIA

Resumo

Este estudo teve como objetivo basilar a caracterização dos efeitos da Covid-19 por sobre os países do G20 (seus membros permanentes, seus convidados e os países da União Europeia). De matriz exploratória e descritiva, a pesquisa se volta para a classificação das nações sob investigação para, depois, identificar quais são os seus predicados constituintes, realçando os aspectos que seriam passíveis de serem analisados em maior profundidade por estudos posteriores. Tomando por base os estudos do nascente campo da Administração Política, o presente texto se compromissa com a abordagem de que as respostas a surtos infecciosos mais são eventos administrativos do que médico-epidemiológicos. Essa percepção é sugerida nos seus resultados quando se vê que o Sars-CoV2 foi mais severo em sua passagem por nações ocidentais do que nas orientais, mesmo que aquelas outras possuam mais recursos para combatê-lo.

Palavras chaves: Administração Política, Sars-CoV2, G20

Abstract

This paper aims to characterize of the effects of Covid-19 on the G20 countries (its permanent members, its guests and the countries of the European Union). With an exploratory and descriptive matrix, the research turns to the classification of the nations under investigation to, later, to identify which are its constituent predicates, highlighting the aspects that could be analyzed in greater depth by further studies. Based on studies in the nascent field of Political Administration, this text is committed to the approach that responses to infectious outbreaks are more administrative than medical-epidemiological events. This perception is suggested in their results when it is seen that Sars-CoV2 was more severe in its passage through western nations than in eastern nations, even though those others have more resources to fight it.

Keywords: Political Administration, Sars-CoV2, G20

Introdução

Surtos infecciosos são “velhos companheiros” da humanidade, não apenas modificando a conduta individual dos agentes, mas também remodelando os modos e os meios pelos quais se estrutura as relações sociais de produção. Porém, se as ocorrências pandêmicas nos afetaram o passado, o futuro não pode se imaginar livre de suas ocorrências e, por muito tempo, elas seguirão os passos do ser humano.

Não por acaso, Qiu *et al.* (2017) sumarizam, ao menos, sete eventos dessa natureza nos últimos 50 anos: Síndrome Pulmonar por Hantavírus, Síndrome Respiratória Aguda Grave, H5N1 influenza, H1N1 influenza, Síndrome Respiratória do Oriente Médio, Ebola vírus e H1N1 influenza.

E a emergência da crise sanitária representada pelo novo coronavírus reforça esse posicionamento, o que insta as sociedades a identificarem meios de se dirimir os riscos de eclosões de eventos similares no futuro, mas, também, de forma tão importante quanto, saber lidar com eles quando já instalados.

Posicionando-se como um estudo exploratório e descritivo, este trabalho tem por objetivo caracterizar os efeitos do Sars-CoV2 por dentro os 49 países que mantêm alguma espécie de vínculos com o grupo supranacional denominado G20, dentre os seus membros permanentes, seus convidados e os países pertencentes à União Europeia, que também compõe aquela entidade.

No contexto da pandemia provocada pelo Sars-CoV2, até o dia 11 de setembro de 2020, as nações aqui examinadas registravam um acumulado de mais de 21,9 milhões de pessoas contaminadas e um volume superior a 733 mil óbitos. Dessa forma, em nível mundial, elas respondiam por 77,7% dos casos identificados e por 80,5% das vítimas contabilizadas, muito embora detenham 64,4% da população do planeta.

Em termos relativos, esse mesmo conjunto de nações apresenta uma taxa de 4.353 contaminados para cada milhão de habitantes e uma proporção de 146 mortes para cada milhão de residentes. Todavia, essa não é uma realidade uniforme. Em verdade, o mosaico identificado é bastante multifacetado, com cada grupo de países apresentando acentuadas especificidades

E foi no sentido de qualificar esses níveis de dissimilaridades que esta pesquisa foi posta em movimento. Tornou-se necessário identificar pistas de como essas nações tão díspares reagiram perante a um desafio comum – e desconhecido – no intuito de formar um mosaico de intervenção.

De posse desses dados foi possível especular se tais atributos eram, ainda que superficialmente, condizentes ou não com a trajetória assumida pela Covid-19 no interior de suas próprias fronteiras. Da interpretação desses resultados foi possível identificar as bases para a formatação de hipóteses que basearão pesquisas futuras.

Tendo por suporte teórico os ditames do nascente campo da Administração Política – encontrados em uma farta literatura, com destaque para R. Santos e Ribeiro (1993), R. Santos (2009, 2010), e Silva (2019) – este trabalho advoga que, mais do que um problema da infectologia, epidemias e pandemias são temas de suma importância para os estudos em Administração.

E essa importância se eleva sobremaneira quando a arena de debate é o da Administração Política, haja vista que, nesse campo, surtos infecciosos vão ser abordados como um fator de determinação das relações sociais de produção. No entanto, não de forma automática, mas passando pelo filtro das intencionalidades postas à mesa pelas forças decisórias.

Igualmente, para dar mais solidez à discussão foi necessário agregar as proposições de outros estudiosos dos efeitos socioeconômicos dos surtos infecciosos,

tais como Abeysingh (2019), Carney e Bennett (2013, 2014) e Qiu et al. (2017), que tanto mostram como esses afetam o circuito produtivo quanto o como as sociedades reagem ante a sua presença.

Da justaposição dessas concepções teóricas acredita-se que foi possível, dados os escopos do texto, identificar pontos de interrogações sobre a manifestação da Covid-19 por dentro os países componentes do G20.

Por fim, os resultados mostraram que o Sars-CoV2 reagiu de modo multiforme por entre essas nações, assumindo condutas que vão de uma situação de baixo impacto como em países como China, Japão e Vietnã a verdadeiras tragédias, tais quais Bélgica, Brasil, EUA e Suécia. Foi visto também que o seu comportamento aparenta ser, ao mesmo tempo, tanto determinado por questões geográficas quanto de caráter econômico.

Além desta introdução o texto é dividido em mais quatro partes. A exposição de seus fundamentos teóricos, uma descrição metodológica, uma apresentação dos resultados e a uma sumarização do trabalho promovido por meio das necessárias considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A Gestão das relações sociais de produção

De acordo com Silva (2019), o termo Administração Política pode ser abordado através de duas acepções distintas: um fenômeno histórico que marca a evolução das sociedades ou um campo do conhecimento científico que estuda esse mesmo acontecimento e que se acha em meio a um processo de afirmação.

De modo mais específico, sob a primeira perspectiva, a Administração Política se refere às formas pelas quais as sociedades se coordenam e se normatizam com o escopo de estruturarem o seu circuito produtivo, ou seja, os seus formatos de Gestão das relações sociais de produção (SANTOS, R., 2009).

Essa prática social ganharia corpo como a coletânea de intenções, atitudes e discursos pelos quais as elites (políticas, econômicas, institucionais e etc.) planejam, condicionam e justificam as formas e as rotas assumidas pelas sociedades em suas trajetórias de desenvolvimento (CARIBÉ, 2008).

Alternativamente, conforme já adiantado, a Administração Política também deve ser vista como uma disciplina acadêmica que objetiva elevar a sua contribuição em questões fundantes do desenvolvimento econômico, social e ambiental das sociedades (SANTOS, R., 2010).

Com esse propósito, Administração Política se envereda por esses caminhos no ímpeto de compreender como os centros de decisões do circuito produtivo afetam as relações sociais de produção no intuito de não só conhecer, mas, também, de poder indicar quais são os meios e os modos mais adequados de se alcançar pontos ótimos de bem-estar social (R. SANTOS; GOMES; 2010).

Por ainda encontrar-se em uma fase de consolidação, o maior desafio do campo científico conhecido pelo nome de Administração Política é o de demonstrar que as relações sociais de produção são uma arena regulada por uma conduta gestonária.

Isso significa que os modos pelos quais os agentes concertam os perfis – objetivos e subjetivos – de suas transações no interior dos circuitos produtivos, para além dos portões das entidades, é também um evento condicionado por ações integradas de coordenação, controle, comando, planejamento e organização (SILVA, 2019).

A Administração Política busca entender como as intencionalidades dos agentes socioeconômicos se transformam em interesses políticos e em como esses desideratos transmudam-se em comandos gerenciais que vão moldar as formas pelas quais a Sociedade organiza os circuitos da produção e da distribuição.

O simples entendimento da cinemática das relações sociais de produção, realização e distribuição, por meio do conhecimento dos movimentos do trabalho, das classes, das formas de poder ou a mera definição de quantidades e dos preços, entre outras categorias econômicas, é pouco para se compreender o devir das sociedades, dado que, também necessário é conhecer-lhes a dinâmica organizativa, a partir da finalidade (R. SANTOS, 2010).

Ocorre que, conforme R. Santos (2010), a assimilação plena dessa realidade somente pode se dar por meio da apreensão das formas pelas quais toda a mecânica de tais relações são determinadas e se desenvolvem e, para isso, torna-se premente entender como elas são organizadas e estruturadas a partir dos interesses que as dirigem.

Para os cânones do campo da Administração Política, se debruçar sobre as formas de Gestão das relações sociais de produção é se inteirar dos modos pelos quais os interesses político-ideológicos de uma sociedade se transformam em comandos diretivos.

Muito embora o campo da Administração Política possua uma existência formal relativamente recente, surgindo em inícios dos anos 1990, com a publicação do trabalho seminal de R. Santos e Ribeiro (1993), é possível encontrar ecos da proposição de que os modos de produção são fenômenos administráveis nas principais obras do economista John Maynard Keynes.

Isso é nítido quando, em “Possibilidades econômicas para os nossos netos” (KEYNES, 1963), ele defende que os problemas de natureza econômica seriam equalizados no decorrer do Século XXI. A despeito da viabilidade da profecia, salta aos olhos a crença do autor na possibilidade de o ser humano domar o circuito da produção e da distribuição. Todavia, essa percepção torna-se mais acentuada quando, no corpo de “O fim do ‘laissez-faire’”, aquele mesmo autor declara que (KEYNES, 1983:9):

[...] sabiamente administrado, o capitalismo provavelmente pode se tornar mais eficiente para atingir objetivos econômicos do que qualquer sistema alternativo conhecido [...] Nosso problema é o de criar uma organização social tão eficiente quanto possível, sem ofender nossas noções de um modo satisfatório de vida

Dillard (1971) vê em “A Teoria geral do emprego, do juro e da moeda”, principal obra de Keynes, uma tentativa de se dar prumo ao roteiro seguido pelo modo de produção capitalista – algo já muito bem estruturado por Adam Smith em A Riqueza das Nações. Ao abjurar a autorregulação dos mercados, ele também sugeria que o circuito produtivo poderia ser domado, e de modo gestor.

Nesse mesmo livro, em seu capítulo derradeiro, Keynes (1996) defendia que a expansão do planejamento governamental era condição necessária para a preservação da vitalidade das instituições socioeconômicas bem como da garantia de vigor da dignidade individual.

Milton Santos (2007) também costeia essa mesma ideia quando defende que é dever das sociedades instrumentalizar suas ações de modo a se assegurar, independentemente de onde quer que o indivíduo esteja, o acesso a bens e a serviços que lhe garantam a autonomia.

As áreas tangenciadas por qualquer que seja a Administração Política, grosso modo, se referem à ambiência política que afiança a harmonia social, aos determinantes dos parâmetros das transações econômicas (quantidades e preços) e às especificações dos padrões de distribuição da riqueza socialmente produzida (SANTOS, R., 2010).

A Administração Política volta-se no sentido de consubstanciar, de modo multidisciplinar, conceitos criados pelas mais diversas áreas do conhecimento, com especial atenção para a Economia, a Política e a Sociologia. No entanto, já há trabalhos como Silva (2019) que procuram identificar seus preceitos no interior dos estudos geográficos.

Por sinal, de acordo com Myrdal (2007), os suportes conceituais da ciência econômica limitam o seu perfil de intervenção ao entendimento da realidade do circuito produtivo e à proposição das formas de intervenção fazendo com que a condução dessas prescrições ficasse a cargo de outra forma de saber.

Logo, é com base na abertura dessa avenida teórica que a Administração Política arroga para si a responsabilidade pelo preenchimento de tal lacuna (SANTOS, R.; RIBEIRO, E.; SANTOS, T., 2009).

Ou seja, se a Economia Política se orienta no sentido de identificar quais são as medidas econômicas que aperfeiçoam a distribuição do bem-estar coletivo, a Administração Política se compromissa em entender as formas pelas quais os agentes se compromissam com a concretização dessas prescrições. No entanto, há um significado oculto no debate promovido pela insurgência do campo da Administração Política: a de que eventos críticos aos quais está exposta a existência humana. E é esse espírito que move o presente texto.

2.2 A Administração Política das pandemias

Há tempos que pesquisadores e especialistas em Saúde Pública alertam sobre o risco do advento de mais uma nova pandemia que poderia desestruturar todo o circuito produtivo em escala planetária; todavia, a despeito disso, poucas foram as lideranças políticas que se dispuseram a se deter sobre o tema (FRIEDEN, 2020). Do mesmo modo, já se tornou consensual que a expansão em volume e velocidade faz com que as interações promovidas pelos agentes no contexto da economia-mundo amplifiquem os riscos representados por surtos infecciosos, epidemias e pandemias (Abeysinghe, 2019).

Na concepção de Bjordahl e Carlsen (2019), surtos infecciosos de natureza pandêmica, em qualquer tempo e espaço, são fenômenos que incorporam em si elementos epidemiológicos, comunicacionais e políticos, entendendo essa última face como uma coleção de práticas de governança.

Por seu turno, Carney e Bennett (2014) advogam que as implicações dos planos de governança e controle de eventos pandêmicos encontram estribo, ao menos, na clínica médica, nos modelos epidemiológicos de Saúde Pública e nos modos de expressão de governança. Realçando que, mais ainda em se tratando de pandemias, tal governança é um algo inexato e afetado pelas mais diversas contingências, sendo um fenômeno de difícil previsibilidade e fortemente carregado de um sentido político (CARNEY; BENNETT, 2013).

De acordo com Qiu et al. (2017) predicados necessários para se caracterizar uma pandemia são os seguintes: ampla extensão geográfica, deslocamento espacial sistemático, feitiço de novidade (de apresentação ou de vetor de disseminação), alta severidade (grandes taxas de fatalidade), altas taxas de explosão e de expansão,

pequenos níveis de imunização populacional e, principalmente, infecciosidade e contagiosidade.

Assim como os efeitos das mudanças climáticas, como os desafios demográficos e como as escassezes de água e de alimentos, surtos infecciosos (epidêmicos ou pandêmicos) são acontecimentos evitados de riscos politicamente definidos (ABEYSINGHE, 2019).

Pandemias são eventos administrativos porque ações de pesquisa, vigilância e contenção jamais se dão em um ambiente ausente de institucionalidades, de valores culturais e de construções sociais. Elas se dão num contexto no qual os indivíduos agem/reagem com base num *script* mais ou menos roteirizado por transações e rotinas historicamente construídas e politicamente aceitas (BJORDAHL; CARLSEN, 2019).

Esse perfil administrativo é reforçado quando se tem em mente que a própria definição de pandemia é uma deliberação intencional que depende dos mais diversos fatores, que atinam às mais distintas searas, da política à geografia, passando pela própria infectologia (Abeyasinghe, 2019).

Não que surtos infecciosos prescindam de abordagens especificamente epidemiológicas, mas que eles cobram mais do que isso. Eles requerem a estruturação de um arcabouço político-administrativo que permita a transformação do conhecimento, das experiências e das informações disponíveis em ações de resposta (BJORDAHL; CARLSEN, 2019).

Abeyasinghe (2019) assinala que muito dos problemas causados por crises sanitárias se apresentam, no mais das vezes, como uma novidade – mesmo no caso dos reaparecimentos – com pouco ou nenhum estoque de conhecimento prévio especificamente definido para aquela dada situação.

Bjordahl e Carlsen (2019) levantam a lebre quando sugerem que a qualidade das respostas aos desafios postos pelas pandemias é função direta dos níveis de eficácia e eficiência dos instrumentos comunicacionais de interação e políticos de intervenção.

Não olvidando lembrar que os surtos pandêmicos impactam o circuito produtivo em distributivo com severidade porque eles se retroalimentam tanto da sua generalização espacial quanto dos níveis de integração territorial dos mercados, quanto maior uma mais intensa a outra e vice-versa (JORDÀ; SINGH; TAYLOR, 2020).

Dessa forma, planos de contenção de pandemias não podem ser monólitos de rigidez administrativa, devendo reter consigo altos níveis de flexibilidade, sempre considerando a presença de elementos culturais, políticos e históricos em seu meio ambiente, bem como não pode se desprezar o contexto ideológico que os circunscrevem (CARNEY; BENNETT, 2013). Por sinal, Abeyasinghe (2019) reforça esse ponto-de-vista quando declara que o conjunto de respostas a riscos de ordem sanitária é dado por uma série de estratégias que estão à disposição dos entes e das entidades de decisão para serem utilizadas da forma que melhor lhes aprouver.

Ressalte-se que, no entanto, essa não é uma realidade livre de contradições e conflitos. Muito embora seja amplamente aceito que está na alçada dos governos prevenir e conter surtos infecciosos, as formas pelas quais tal empreitada deva ser estruturada é um campo aberto para choques de opiniões (CARNEY; BENNETT, 2014). Isso porque tais medidas secundam as mais sortidas intencionalidades e afetam o grosso das relações sociais de produção e distribuição, influenciando os equilíbrios existentes e propiciando reestruturações nos papéis assumidos pelo conjunto dos agentes, ou seja, interferindo nas relações de poder existentes.

Grosso modo, as medidas políticas de respostas a surtos pandêmicos se restringem aos seguintes questionamentos de cunho político-administrativo (FRIEDEN, 2020):

- Quais restrições impor e quando elas devem ser afrouxadas;
- Onde os recursos devem ser aplicados e de onde serão extraídos;
- Até onde os interesses e preocupações nacionais podem ser limitados em nome da cooperação internacional.

Dado esse arrazoado, tal constatação subsidia a decisão de assumir as manifestações de epidemias e pandemias como um nítido episódio de Administração Política. Com isso, a sua compreensão passa pela interpretação de como os agentes econômicos concertam as suas interações nos limites do circuito produtivo.

Por sinal, Bjordahl e Carlsen (2019) abrem as portas para uma administração política das pandemias quando eles lembram que, quando da emergência de tais fenômenos, uma vez que eles atingem as mais diversas áreas do cotidiano, as atenções se voltam para os modos como os indivíduos vão lidar com o grosso das relações sociais, com especial atenção para aquelas vinculadas ao circuito produtivo.

Essa percepção é corroborada quando se aceita que as questões relacionadas à Saúde Públicas – aí inseridas as pandemias – tangenciam elementos relativos aos conceitos tais como autoridade, coerção ou liberdade, coletividade ou individualidade e governança pública (CARNEY; BENNETT, 2014).

Por esse motivo, a emergência do Sars-CoV2 realça em fortes cores a intersecção existente entre Saúde, Política, Economia e outras áreas da vivência social (FRIEDEN, 2020), e nessa arena também estão inseridas as formas de Gestão das relações sociais de produção e distribuição; ou seja, a Administração Política.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa joga luzes sobre o comportamento do novo coronavírus no âmbito dos países formadores do G20. Essa agremiação reúne as principais economias do planeta e serve como palco de debates para os diversos tipos de problemas que se abatem sobre o globo.

Muito embora não possa ser visto como uma organização internacional, é considerado como o principal mecanismo de governança mundial, agregando nações que representam cerca de 90% do PIB mundial, 80% do comércio internacional e dois terços da população mundial (Brasil, 2020). Logo, à revelia de suas diferenças socioeconômicas, não seria surpresa alguma se essas entidades fossem alvos de maior intensidade da manifestação da crise sanitária provocada pelo Sars-CoV2.

Atualmente, o G20 é integrado pelos seguintes países (Brasil, 2020): África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Federação Russa, Turquia e União Europeia.

Além dessas nações, ainda participam Espanha, Jordânia, Singapura e Suíça como convidados da atual presidência da Arábia Saudita, bem como o Senegal, representando a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), Vietnã, como enviado da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), e o Emirados Árabes Unidos como membro do Conselho de Cooperação do Golfo — CCG (BRASIL, 2020).

Logo, os países que compõem o conjunto de elementos examinados por esta pesquisa são formados pelos participantes do G20, pelos membros da União Europeia

e pelo total das nações convidadas acima relacionadas. Uma vez que Alemanha, França e Itália estão presentes no G20 e na União Europeia e que a Espanha também faz parte dessa última entidade, a amostra é formada por 49 nações soberanas.

Com base em Qiu *et al.* (2017), este trabalho assume e passa a defender que surtos infecciosos – epidemias e pandemias - sofrem e causam efeitos da e sobre a estrutura socioeconômica de todas as localidades nas quais eles se manifestam. Dessa forma, fatores econômicos, políticos, sociológicos e geográficos são mobilizados para enfrentar eventos dessa natureza.

Nesse sentido, este trabalho que, repetindo, possui um caráter exploratório e descritivo, no âmbito do desenrolar da pandemia provocada pelo novo coronavírus, busca caracterizar os países que possuem vinculações com o chamado G20, quadrante das maiores economias do planeta, a partir dos seguintes predicados:

- Taxas de ocorrências de casos confirmados da Covid-19 ponderados pela razão de um milhão de habitantes e de óbitos registrados por conta dessa mesma moléstia, também, ponderados à razão de 1 milhão de habitantes;
- Conjunto de indicadores econômicos, demográficos e de saúde para o referido conjunto de países.

Os indicadores ponderados por um milhão de habitantes (casos e óbitos) serviram como coordenadas para a localização dos 49 países aqui estudados num plano cartesiano. Com isso foi possível determinar os níveis de proximidade entre cada um deles.

Tendo em vista que ambas as medidas estão em escalas distintas – a primeira podendo superar o dobro da marca de 104 eventos por milhão de habitantes, e a segunda, mal se aproximando do patamar de 103 registros por milhão de residentes – tomou-se a decisão de padronizar em relação à média esses indicadores para cada uma das nações envolvidas. Assim, o plano ortogonal construído passou a ilustrar o quanto esses elementos distavam do valor médio do universo estudado, em termos de desvio-padrão, seja esse afastamento positivo ou negativo.

Considerando que, nesta fase, foram extraídos valores sintéticos de duas características dos referidos países (casos e óbitos), tal qual um sistema de coordenadas, essas dimensões serviram como eixos de projeção desses mesmos elementos. Do cruzamento dessas linhas surgiram quatro quadrantes que carregaram consigo os seguintes significados:

- **Quadrante 1** – Países com taxas de casos e óbitos acima da média;
- **Quadrante 2** – Países com taxas de casos abaixo da média e de óbitos acima da média;
- **Quadrante 3** – Países com taxas de casos e óbitos abaixo da média;
- **Quadrante 4** – Países com taxas de casos acima da média e de óbitos abaixo da média;

Assim, completou-se a fase de classificação dos países vinculados ao G20. Com base nas duas taxas retro citadas, foi possível afirmar quais nações se assemelhavam e quais não. Bem como assinalar a qual grupo ele pertencia. Em seguida, formados os grupos, foram calculados os valores de cada ajuntamento com base num conjunto de indicadores econômicos, demográficos e de saúde.:

Quadro 03 – Covid-19 – Indicadores de caracterização dos Quadrantes

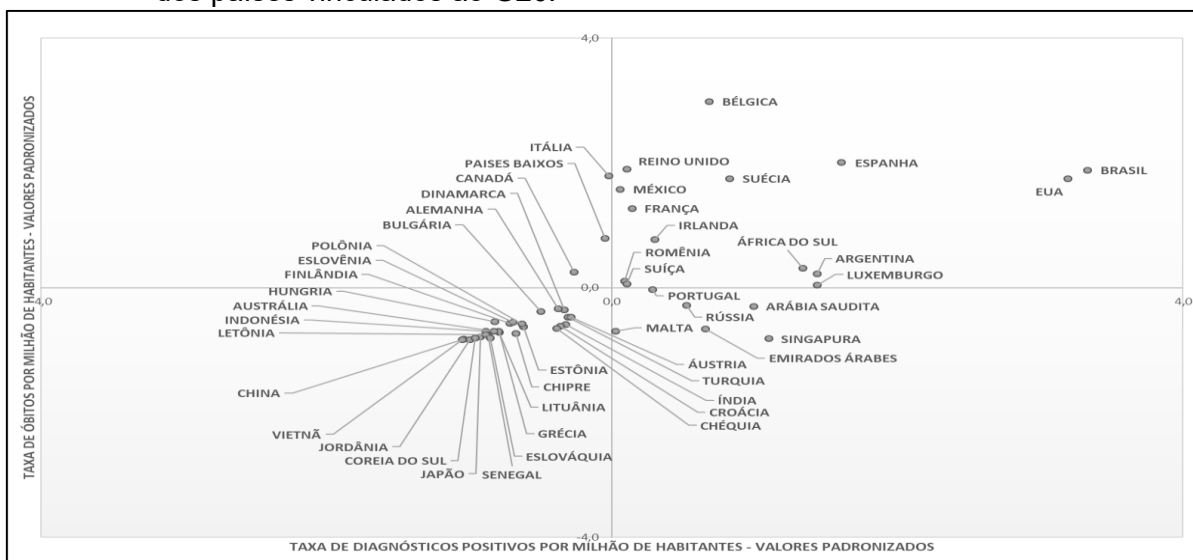
COVID-19	DEMOGRAFIA	ECONOMIA	SAÚDE
<ul style="list-style-type: none"> Total de casos confirmados de Covid-19; Total de óbitos atribuídos à pandemia; Taxa de casos por milhão de habitantes; Taxa de óbitos, por milhão de habitantes 	<ul style="list-style-type: none"> Total da população residente (em 2020); Densidade demográfica média dos países do grupo (em 2020); Idade média da população dos países do grupo (projeção para 2020); Proporção média da população com mais de 70 anos de idade nos países do grupo (em 2015); Média expectativa de vida ao nascer nos países do grupo (em 2019). 	<ul style="list-style-type: none"> Produto per capita médio dos países do grupo (US\$ 2011 a preços constantes – mais recente disponível); Proporção média da população em condição de extrema pobreza nos países do grupo (mais recente disponível); Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio nos países do grupo (mais recente disponível). 	<ul style="list-style-type: none"> Média da Taxa de mortes por doenças cardiovasculares nos países do grupo (total/100 mil hab., 2017); Prevalência média do diabetes nos países do grupo (% da população entre 20 e 79 anos, em 2017); Percentuais médios de mulheres e de homens fumantes na população dos países do grupo; Média do índice de leitos hospitalares por mil habitantes nos países do grupo (mais recente disponível).

Fonte: Elaboração da autoria

Em cada uma dessas colunas de caracterização, doravante e arbitrariamente chamados de Perfis de caracterização, está um aspecto dos países estudados que poderiam explicar ou detalhar o padrão de conduta da Covid-19 no interior de cada agrupamento.

Considerando, mais uma vez, que este é um trabalho exploratório, voltado para a detecção de lacunas que justificarão a construção de hipóteses futuras, foi desses perfis de caracterização dos grupos que se retirou a matéria-prima que propiciou tal elaboração. Todas as variáveis trabalhadas nesta pesquisa foram obtidas junto a Roser (2020) e estão atualizadas até o dia 11 de setembro de 2020.

Figura 1 – Casos e óbitos por milhão de habitantes – Covid-19 – Posicionamento cartesiano dos países vinculados ao G20.



Fonte: Elaboração da autoria

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 Categorização e agrupamento

No contexto da pandemia provocada pelo Sars-CoV2, em 11 de setembro de 2020, as 49 nações aqui examinadas registravam um acumulado de mais de 21,9

milhões de pessoas contaminadas e um volume superior a 733 mil óbitos. Dessa forma, em nível mundial, elas respondiam por 77,7% dos casos identificados e por 80,5% das vítimas contabilizadas, muito embora detenham 64,4% da população do planeta.

Em termos relativos, esse mesmo conjunto de nações apresenta uma taxa de 4.353 contaminados para cada milhão de habitantes e uma proporção de 146 mortes para cada milhão de residentes. Todavia, essa não é uma realidade uniforme. Em verdade, o mosaico identificado é bastante multifacetado, com cada grupo de países apresentando acentuadas especificidades.

O cálculo das taxas de casos de contaminação e de óbitos ocorridos ponderados por um milhão de habitantes e a posterior padronização em relação à média desses indicadores para o conjunto de 49 países aqui estudado abriu as portas para uma rápida classificação desses mesmos elementos a partir de suas respectivas posições num plano ortogonal.

Os resultados mostraram que, no que concerne à combinação entre essas duas medidas sintéticas, o conjunto de nações hoje vinculadas ao G20 encontra-se assim distribuído: 14 países no Quadrante 01, 03 países no Quadrante 02, 26 países no Quadrante 03 e 06 países no Quadrante 04 (Vide Figura 01). Seus países componentes são:

- **Quadrante 01** - África do Sul, Argentina, Brasil, Bélgica, Espanha, Estados Unidos, França, Irlanda, Luxemburgo, México, Romênia, Suécia, Suíça, Reino Unido;
- **Quadrante 02** – Canadá, Itália e Países Baixos;
- **Quadrante 03** – Alemanha, Austrália, Áustria, Bulgária, Croácia, Chipre, Chéquia, China, Coreia do Sul, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Finlândia, Grécia, Hungria, Letônia, Lituânia, Índia, Indonésia, Japão, Jordânia, Polônia, Senegal, Turquia e Vietnã;
- **Quadrante 04** – Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Malta, Portugal, Rússia e Singapura.

No que se refere aos perfis de caracterização dos quadrantes, os referidos arranjos estruturam-se conforme discriminado no Quadro 01. Ali é visto que o Quadrante 01 é o campo por excelência de ocorrência da Covid-19. No contexto dos países vinculados ao G20, 64% dos casos e 75% das mortes ocorreram nesse agrupamento. Em termos relativos a sua sorte também não é diferente, dado que os seus padrões de contaminação e de mortalidade também são altos.

Em contrapartida, o Quadrante 03, a despeito dos seus altos valores absolutos, e conforme esperado, as suas medidas relativas são as mais baixas dentre todas. Principalmente no que se refere aos volumes de mortandade. Por sua vez, os Quadrante 02 e 04 apresentam-se, possivelmente, como derivações dos eventos encontrados no Quadrante 01.

Quadro 02 – Covid-19 – Perfis de caracterização – Por Quadrante – Casos e óbitos

	Total de casos	Total de óbitos	Casos por milhão de habitantes	Óbitos por milhão de habitantes
Quadrante 01	14.083.534	542.574	13.916	536
Quadrante 02	496.542	50.990	4.305	442
Quadrante 03	5.777.371	115.131	1.560	31
Quadrante 04	1.568.518	24.743	7.573	119

Fonte: Elaboração da autoria

4.2 Os perfis de caracterização

Quando se analisa os perfis de caracterização dos quadrantes sob o aspecto demográfico, surgem algumas surpresas. A primeira delas é que a população do Quadrante 03 é a maior dentre todas. Também chama a atenção o fato de que sua densidade demográfica é superior à detida pelo Quadrante 01.

Isso é interessante porque essa medida é um fator de primeira ordem para se explicar o avanço de surtos infecciosos. Dessa forma, o Quadrante 03 já coloca em xeque o papel da demografia no contexto de propagação da Covid-19 ou, ao menos, a primazia desse elemento.

Por sinal, a expectativa de vida ao nascer é maior nos países do Quadrante 01 – Vide Quadro 02 – e, para acirrar essa percepção, a idade média das populações do Quadrante 03 é ligeiramente inferior à do Quadrante 01 e a proporção de pessoas com mais de 70 anos de idade em suas sociedades são similares.

Em suma, conforme até aqui visto, a Covid-19 grassa onde a população é mais jovem e com maior esperança de vida, isso soa paradoxal. Talvez esses predicados expliquem as diferenças entre os Quadrante 02 e 04, mas, à primeira vista, ele não é significante para a relação existentes entre aqueles outros dois.

Na seara econômica, o presente perfil de manifestação procura projetar o volume de recursos à disposição de cada um dos quadrantes aqui descritos como forma de se mensurar respectiva capacidade de resposta à expansão do novo coronavírus.

Os dados mostram (Quadro 03) que o terceiro quadrante é aquele no qual os meios são os mais restritos. Seu produto per capita médio orbita a casa dos US\$ 27 mil anuais, bem abaixo dos demais, os vulneráveis expostos à extrema pobreza são relativamente mais numerosos em suas populações e que seus níveis de desenvolvimento humano são menores. Situação totalmente diversa da existente na média dos países do Quadrante 01.

Quadro 03 – Covid-19 – Perfis de caracterização – Por Quadrante – Demografia

	População (habitantes)	Densidade demográfica (hab./Km ²)	Idade média da população (anos)	Proporção da população com mais de 70 anos de idade (%)	Expectativa de vida ao nascer
Quadrante 01	1.012.058.533	120	38,3	9,9	79,1
Quadrante 02	115.338.858	239	44,2	13,0	82,7
Quadrante 03	3.702.887.500	145	39,4	10,2	78,1
Quadrante 04	207.127.316	1.603	39,4	7,5	79,0

Fonte: Elaboração da autoria

Ao que parece, os quadrantes pares despontam como casos especiais do Quadrante 01, em virtude de possuírem perfis semelhantes de riqueza e de desenvolvimento, mas apresentando algum realce em alguns desses aspectos. No caso, o Quadrante 02 se destaca em seu IDH e o Quadrante 04 se avulta por meio de seu PIB per capita e do baixíssimo nível de extrema pobreza.

Quadro 04 – Covid-19 – Perfis de caracterização – Por Quadrante – Economia

	PIB per capita (US\$)	Pobreza extrema (%)	Índice de Desenvolvimento Humano
Quadrante 01	40.105	2,9	0,867

Quadrante 02	42.570	1,3	0,912
Quadrante 03	27.039	4,0	0,829
Quadrante 04	48.515	0,3	0,865

Fonte: Elaboração da autoria

O esperado era que as nações do Quadrante 03, por conta de suas menores taxas de casos e de mortalidade, possuísse uma economia mais pungente que a dos demais agrupamentos. Todavia, ocorreu justamente o oposto, seus integrantes são, em média, mais pobres do que o dos outros conjuntos. Contudo, o cenário torna-se mais instigador quando se analisam os perfis de caracterização vinculados à Saúde (Quadro 04). As qualidades dos indicadores escolhidos, no interior dos países do Quadrante 03, só não são piores do que aquele encontrado no Quadrante 04.

O terceiro conglomerado apenas supera os demais na razão entre o número de leitos hospitalares e o seu quantitativo populacional. Em suas fronteiras morre-se mais por doenças cardíacas e afins do que no primeiro arranjo, também é forte a ocorrência do diabetes, sem esquecer o tabagismo, muito forte entre os homens. Até este ponto, os indicadores depõem contra o desempenho dos países do Quadrante 03 ante a crise sanitária causada pelo Sars-CoV2. Isso *per se* já justifica um aprofundamento das investigações para se entender porque esse conjunto de nações sofreu menos com a pandemia do que os países dos demais grupos.

Quadro 05 – Covid-19 – Perfis de caracterização – Por Quadrante – Saúde

	Taxa mortes por causas cardiovasculares (por 100 mil hab.)	Prevalência diabetes (% da população)	Proporção fumantes população feminina (%)	Proporção fumantes população masculina (%)	Leitos hospitalares por 1.000 habitantes
Quadrante 01	154	6,5	19,4	27,5	3,7
Quadrante 02	109	5,8	18,7	23,9	3,0
Quadrante 03	220	6,8	18,4	37,3	5,2
Quadrante 04	233	11,8	11,5	34,9	3,7

Fonte: Elaboração da autoria

4.3 Janelas para pesquisas futuras

Os números trazidos à baila apontam para uma incongruência: o conjunto de países nos quais os efeitos do Sars-CoV2 foram os menores, dentre aqueles que estão vinculados ao G20 – e aqui foi alvo de investigação – são justamente os que, em média, são mais povoados, que possuem populações maiores e mais envelhecidas e com menor expectativa de vida. São sociedades mais pobres e com maiores volumes de extrema pobreza e cujo desenvolvimento humano é inferior.

Estabelece-se, então, um confronto direto entre duas realidades no interior dos países vinculados ao G20. No Quadrante 01, com mais recursos e maior importância econômica e política, a Covid-19 avançou sem muitas amarras. No Quadrante 03, com menos recursos e menor influência política internacional, em média, a sua progressão foi claudicante. Ressalte-se também que, ainda que desde cedo este texto venha assumindo a posição de que o Quadrante 02 e o Quadrante 04 sejam derivações do primeiro, é passível de se localizar padrões de manifestação Covid-19.

O Quadrante 01 é formado por países da Europa Ocidental, pelos EUA e por quatro das maiores economias dos países periféricos. Já o Quadrante 03 inicia-se às portas da Europa Central, passa pelos países da antiga “Cortina de Ferro” e segue para o Extremo Oriente tangenciando o Pacífico e o Sudeste Asiático.

Em ambos os aglomerados há possíveis exceções. No Quadrante 01 é a Romênia e, no Quadrante 03, a Índia, tendo em vista a dinâmica assumida pela Covid-19 nesse país, nas últimas semanas. Talvez o Senegal, por sua situação geográfica e seu grau de relevância econômica, possa ser visto como um desvio também.

De todo modo, do choque entre essas duas realidades, torna-se plausível questionar se o elemento espacial é bastante e suficiente para explicar essas dissimilaridades.

As presenças de Alemanha, Austrália, China e Coreia do Sul no Quadrante 03 e a de Bélgica, Brasil, EUA e Suécia no Quadrante 01 abrem a possibilidade de se interrogar até onde o formato das Administrações Políticas dos países serviram como determinantes desses acontecimentos.

Por sinal, bem ao espírito do que foi proposto por Silva (2019), é defensável a concepção de que haja uma combinação entre predicados espaciais e os determinantes da condução gestonária das relações sociais de produção como escudos contra ao avanço do novo coronavírus.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este foi um trabalho exploratório e descritivo que teve por objetivo caracterizar a situação da Covid-19 no âmbito dos países vinculados ao G20, seus membros permanentes, seus convidados e as nações da União Europeia que, indiretamente, constituem seus quadros por meio da representação do referido bloco econômico.

A pesquisa seguiu os ditames de R. Santos (2009, 2010), R. Santos e Ribeiro (1993) e Silva (2019) quando assumiram que as relações sociais de produção são passíveis de uma condução gestonária em seu processo de elaboração e implantação, com a inovação da extensão desses preceitos à realidade dos surtos infecciosos

Conseqüentemente, foi necessário lançar mão de um arcabouço teórico que retratasse epidemias e pandemias sob a sua perspectiva socioeconômica. Não só, mas também fossem tratadas como o evento administrativo que são e tal desiderato encontrou guarida em Abeysingh (2019), Carney e Bennett (2013, 2014) e Qiu *et al.* (2017).

A pergunta principal sempre foi a de saber como se comportaram essas nações perante a chegada da Covid-19. Por isso, seguiu-se uma rotina primária de investigação na qual, primeiro, projetou-se os níveis de similaridade entre esses países – por meio de seus indicadores de casos e de óbitos – e, logo depois, procurou-se caracterizar os agrupamentos identificados.

Os resultados mostraram que aparenta haver um padrão econômico-geográfico de comportamento, no qual uma “ocidentalidade” e a integração ao sistema da economia-mundo proporcionassem um certo descontrolo sobre os caminhos da pandemia.

Isso é suscitado porque um dos arranjos construídos – o Quadrante 3 – é o de menor configuração de severidade do novo coronavírus, porém, a maioria dos seus países não aparece como economias de relevo planetário (com exceções para Alemanha, China e Japão).

Entretanto, como se viu, em média, seus recursos são inferiores àqueles detidos pelo Quadrante 01, que é composto por dinamos como EUA, França, Reino Unido e potências regionais como África do Sul, Brasil e México.

Logo, tomando por base as constatações feitas no decorrer deste texto, já é possível iniciar a estruturação de uma linha de pesquisa que aborde mais profundamente as reações dos países à chegada e instalação da Covid-19 como um

dado gestor – quer dizer, como uma questão a ser analisada em maior profundidade pela Administração Política.

6. REFERÊNCIAS

ABEYSINGHE, S. Global Health Governance and Pandemics: uncertainty and institutional decision-making. In BJORDKAHL, K.; CARLSEN, B. (Coords.) **Pandemics, publics, and politics – staging responses to Public Health crises**. pp. 11-28. Palgrave Macmillan: Singapore. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-981-13-2802-2>. Acesso em: 04 set. 2020.

BJORDKAHL, K.; CARLSEN, B. Introduction: pandemics, publics, and politics – staging responses to Public Health crises. In BJORDKAHL, K.; CARLSEN, B. (Coords.) **Pandemics, publics, and politics – staging responses to Public Health crises**. Palgrave Macmillan: Singapore. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-981-13-2802-2>. Acesso em: 04 set. 2020.

Brasil. (2020). **O Brasil no G-20**. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/15586-brasil-g20#:~:text=O%20G20%20é%20integrado%20pela,Rússia%2C%20Turquia%20e%20União%20Europeia>.

CARIBÉ, D. A. Ciência ou ideologia? A constituição do campo da Administração Política. **Revista Brasileira de Administração Política**. Salvador, p. 31-44, v. 1, n. 1, out, 2008.

CARNEY, T.; BENNETT, B. Governance, rights and pandemics: Science, Public Health or Individual Rights? (June 17, 2013). In: ENEMARK, C.; SELGELID, M (Eds.). **Ethics and security aspects of infectious disease control: interdisciplinary perspectives**. Ashgate: United Kingdom. Sydney Law School Research Paper No. 13/43. 2013. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2280216>. Acesso em: 04 set. 2020.

CARNEY, T.; BENNETT, B. Framing pandemic management: new governance, science or culture? **Health Sociology Review**. v. 23. n. 2. pp. 136-147. 2014. DOI: 10.5172/hesr.2013.3122. Acesso: 30 jun. 2020.

FRIEDEN, J. The political economy of economic policy: we should pay closer attention to the interactions between politics, economics, and other realms. **Finance and Development**. v. 57, n. 2, p. 4-9, jun. 2020. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2020/06/pdf/fd0620.pdf>. Acesso em: 04 set. 2020.

JORDÀ, O.; SINGH, S. R.; TAYLOR, A. M. The long economic hangover of pandemics: History shows Covid-19's economic fallout may be with us for decades. **Finance and Development**. v. 57, n. 2, p. 12-15, jun. 2020. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2020/06/pdf/fd0620.pdf>. Acesso em 04 set. 2020.

KEYNES, J. M. As possibilidades econômicas para os nossos netos. In: KEYNES, J. M. **Ensaio sobre a persuasão**. Nova Iorque: W. W. Norton & Cia., 1963, pp. 358-373. Disponível em: http://www.geocities.ws/luso_america/KeynesPO.pdf. Acesso em: 28 jul. 2019.

KEYNES, J. M. O fim do "laissez-faire". In: SZMRECSÁNYI, T. (org.) **Keynes (Economia)**. São Paulo: Ática, 1983, pp. 106-126. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4312431/mod_resource/content/1/KEYNES%20John%20M.%20-%20O%20fim%20do%20laissez-faire%201926.pdf. Acesso em: 28 jul. 2019.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural. 1996. (Coleção Os Economistas).

MYRDAL, G. **Aspectos políticos da teoria econômica**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Coleção Os Economistas).

QIU, W.; RUTHERFORD, S.; MAO, A.; CHU, C.. The pandemic and its impacts. **Healthy, Culture and Society**. Pittsburgh, v. 9, n.10, p. 1-11, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5195/hcs.2017.221>. Acesso em: 18 maio de 2020.

ROSER, M.; RITCHIE, H.; ORTIZ-OSPINA, E.; HASELL, J. **Coronavirus Pandemic (COVID-19)**. Published online at OurWorldInData.org. 2020. Disponível em: <https://ourworldindata.org/coronavirus>. Acesso em: 13 set. 2020.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2007. (Coleção Milton Santos; 8).

SANTOS, R. S. Em busca da apreensão de um conceito para a Administração Política. In: SANTOS, R., S. **A Administração Política como campo do conhecimento**. São Paulo: Hucitec - Mandacaru, 2009.

SANTOS, R. S. **Keynes e a proposta da administração política para o capitalismo**. São Paulo: Hucitec. 2010.

SANTOS, R. S.; GOMES, F. G. Apresentação. **Revista Brasileira de Administração Política**. Salvador, p. 5-8. v. 3, n. 2, out, 2010.

SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M. A Administração Política brasileira. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, out/dez 1993. 102-135.

SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M.; SANTOS, T. C. S. Bases teórico-metodológicas da Administração Política. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 4, jul/ago 2009. 919-941.

SILVA, E. S. **A Administração Política do espaço geográfico: a organização espacial como um fenômeno de Gestão**. 2019. 150 f. Tese (Doutorado em Administração) – Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.